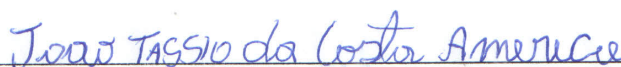


**- PROCURAÇÃO -**  
**"AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:** **JOÃO TASSIO DA COSTA AMERICO**, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da Cédula de Identidade nº 003.441.701 – SSP/RN, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº 116.367.864-30, residente e domiciliado na Rua Francisca Neide M. da Costa, nº 98, Bairro Redenção, CEP: 59600-000, Mossoró/RN.

**OUTORGADOS:** pelo presente instrumento de procuração ao final assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os senhor doutora **DANIELA CRISTINA LIMA GOMES CABRAL**, brasileira, casada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 8.050, **ADASON CABRAL**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 8.512 ambos, com endereço profissional na Rua Das Quixabeiras, nº 07, Bairro Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com as cláusulas ad judicium Et Extra, a fim de que possa defender os interesses e direito dos outorgantes perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o outorgado seja autor ou reclamante ou defendendo quando for réu interessado ou requerido, podendo **reclamar, conciliar, desistir, transigir, reconhecer a procedência do pedido, fazer acordo, recorrer, receber alvará e dar quitação, confessar, reconhecer pedido, requerer inventário ou arrolamento, requerer administrativamente, e ainda, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e ainda renunciar ao excedente ao Teto dos Juizados Especiais Federais, bem como Recursos aos E. Tribunais Superiores bem como substabelecer o presente, com ou sem reserva de poderes igualmente para o fim do disposto no artigo 190 do Código de Processo Civil, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do (s) outorgante (s).**

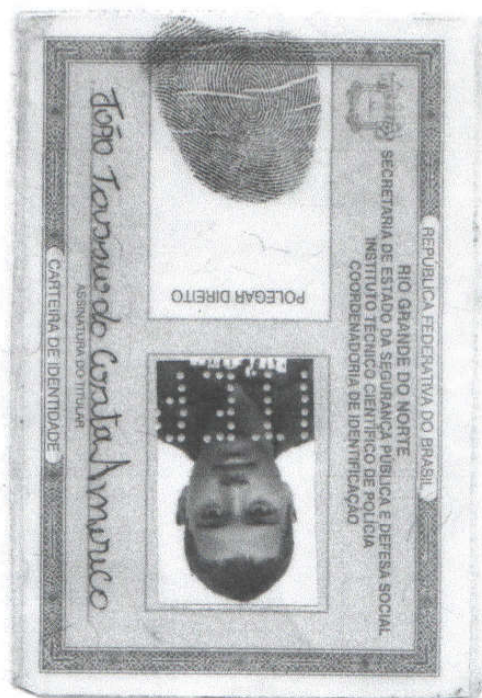
Mossoró/RN, 17 de Outubro de 2016.

  
**JOÃO TASSIO DA COSTA AMERICO**

Rua das Quixabeiras, 07  
Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN  
CEP 59.625 430

adasoncabral@hotmail.com  
danielaclg@hotmail.com  
(84) 3316.0419 / 9 9927.2651 / 9 9927.2652









COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE  
Avenida Senador Salgado Filho, 1505, Tirol, CEP 59015-000  
CNPJ: 08.334.385/0001-35 / INSC. Estadual: 20065.426-3  
Admin. Central (84) 3232-4432 / Ouvidoria: (84) 3232-4962

ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO

RUA: RUA J. OLIVEIRA, N 98  
MUNICÍPIO: MOSSORÓ - RN  
CEP: 59600-000  
08000-840195  
84115

### CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

IMPRESSO EM 07/10/2016 ÀS 10:30:56

MATRÍCULA:

MÊS/ANO

DADOS DO CLIENTE

7175693

10/2016

FRANCISCA NEIDE M. DA COSTA  
RUA JOSE J. OLIVEIRA, N 98 - CONJUNTO REDENCAO MOSSORO RN  
59600-000

INSCRIÇÃO	ROTA	SEQ.ROTA	QUANTIDADE DE ECONOMIAS
305.031.027.0362.000	5	555	RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO
HIDRÔMETRO	SITUAÇÃO ÁGUA	SITUAÇÃO ESGOTO	
Y135632827	LIGADO	POTENCIAL	

CONSUMO ÁGUA (M3): 8

DATA LEITURA: 07/10/2016  
LEIT. ATUAL: 335  
LEIT. ANT.: 327  
DIAS CONSUMO: 32

#### HISTÓRICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
09/2016	9	07/2016	9	05/2016	2	9
08/2016	6	06/2016	20	04/2016	8	

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
ANTIGO RESIDENCIAL 1 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	8 M3	35,01
MULTA P/IMPONTUALIDADE PARCELA 01/01		0,70
FATURAS EM ATRASO		
REF 201512	31.8	
REF 201604	35.32	
REF 201608	38.04	
REF 201609	35.75	

TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	PERCENTUAL(%)	VALOR DO IMPOSTO
PIS	35,01	1,65	0,58
COPINS	35,01	7,0	2,45
VENCIMENTO:	19/10/2016	TOTAL A PAGAR:	35,71

SETEMBRO "DISQUE-ELEITOR" ESCLAREÇA DUVIDAS E DENUNCIE IRREGULARIDADES ELEITORAIS NO DIA DAS ELEICOES.

Parâmetros	Turbidez	PH	Colif. Totais	Cloro Residual Livre	Nitrato (como N)
VMP e Recomendações	≤ 5,0 uT	6,0 a 9,5	% de Ausência	0,2 a 2,0 mg/L	≤ 10,0 mg/L
Valores Obtidos					

82660000000 2 35710006305 0 00717569301 4 10201630003 4



MATRÍCULA	MÊS/ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
7175693	10/2016	19/10/2016	35,71



COMPROVANTE DA CAERN



Assinado eletronicamente por: ADASON CABRAL - 10/06/2019 10:32:48

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061010301959800000042756161>

Número do documento: 19061010301959800000042756161



**MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO**



**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

PIS/PASEP 200.44144.70-3

NÚMERO 8111456  
SÉRIE 0040  
UF RN

Assinatura do Titular: João Tassio da Costa Américo

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



CASA DA MÓDICA DO BRASIL

03

**TRABALHADOR**

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo Decreto nº 29.101/1992 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como, para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, e seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR  
VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR

**QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO**

**JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO**

FILIAÇÃO: JOAO BATISTA AMERICO  
FRANCISCA NEIDE MOREIRA DA COSTA  
NASCIMENTO: 07/05/1988 SEXO: MASCULINO  
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO  
NATURALIDADE: APÓDI - RN  
DOCUMENTO: R.G. 003441701 SSPDS RN 24/10/2012  
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995  
CPF: 116.367.864-30 CNH: SEÇÃO:  
TÍT. ELEITOR:  
LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE MOSSORÓ/RN - 21/10/2014

ZONA:

SEÇÃO:

TÍT. ELEITOR:

ASSINATURA DO EMISSOR

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /  
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

**LEGENDA**  
A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO  
B - SER. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03



## DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMOFILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 879, de 12 de julho de 1993) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

## CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
DATA DA ANOTAÇÃO: _____ ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR: _____			
DATA DA ANOTAÇÃO: _____ ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR: _____			
DATA DA ANOTAÇÃO: _____ ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR: _____			
DATA DA ANOTAÇÃO: _____ ASSINATURA E CÓDIGO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR: _____			

06

## CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR	
CGC/CPF/CEI	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO	
CARGO	CBO Nº
DATA DE ADMISSÃO	DE DE
REGISTRO Nº	FLS. / FICHA
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA	
1ª _____ 2ª _____	
DATA DE SAÍDA	DE DE
1ª _____ 2ª _____	
COM. DISPENSA CD Nº	
FGTS Nº DA CONTA	

07



## DECLARAÇÃO

**DECLARO**, para os devidos fins que se fizerem necessário, que sou pobre na forma da Lei nº 7.115 de 1983, *in verbis*:

*Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.*

*O Presidente da República,*

*Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.*

*Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.*

*Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.*

*Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.*

Dessa Forma Exa., não posso arcar atualmente com as custas oriundas da presente demanda, sem prejuízo do próprio sustento. Em assim sendo, venho requer a concessão do benefício da Justiça Gratuita, a que apregoa a Lei nº 1.050/60 c/c art. 98 da Lei nº 13.105/15 em compasso com o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Responsabilizando-me, neste íterim, civil e criminalmente pelas declarações prestadas neste instrumento.

Mossoró/RN, 28 de outubro, de 2016.

JOÃO TASSIO DA COSTA AMERICO

Nome do declarante

CPF (MF) 116.367.864-30







Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA  
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSA NETO

REGISTRO N°  
25752677

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO	
Nome: João Tarcísio da Costa Amorim	D. N. ____/____/____ Idade: 18
Profissão: do Eletricista	Cartão SUS: Renda
Endereço: Rua: Mossoró	Bairro: Renda
Cidade: Mossoró	U.F. RN Fone: 1
Filiação: Mãe: _____	Pai: _____

Data: 07/10/2016 Hora: 02:30

A.C.C.R.:

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Acidente de trânsito  
queda de moto

2 - EXAME FÍSICO

Exame em PE

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA  
ESTA CONFORME O ORIGINAL  
SAME MOSSORÓ  
10/10/16  
SAME/ARQUIVO

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Fratura



#### 4 - CONDUTA MÉDICA

Data:        /        /

Hora: \_\_\_\_\_

~~Impedance~~

[illegible]

**Dr. Antônio Pinheiro de A. Neto**  
**ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA**  
**CRM 1.181-RN**

- PRESCRIÇÃO MÉDICA

[illegible]

DIAGNÓSTICO(S) DEFINITIVO(S)

### CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

ALTA DO PRONTO SOCORRO ( ) INTERVENÇÃO HOSPITALAR ( ) TRANSFERÊNCIA ( ) OUTROS (Descrever)  
 ervações:

ta: / /

Hora: :

Identificação Médica







GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

02/10/12

02/10/12

LOXOVIN

10ml

comprimido

12/12

02/10/12

Dr. Antônio Pinheiro de A. Neto  
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA  
CRM 1.161-RN



ALTO 3° 30' N  
ALTO 5° 30' N  
ALTO 5° 30' N  
ALTO 5° 30' N

CURADOR 4°  
CURADOR 4°  
CURADOR 4°

20/10/16 -  
20/10/16 -  
20/10/16 -

20/10/16 -  
20/10/16 -  
20/10/16 -

20/10/16 -  
20/10/16 -  
20/10/16 -





Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.  
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br  
Rua da Assembleia, 100 - 16º Andar - Edifício City Tower  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20011-000



Rio de Janeiro, 22/05/2019  
DPVAT/SIN - 02485/2019

Para: JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO  
RUA DO ELETRICISTA Nº641  
REDENÇÃO  
MOSSORO - RN  
59620-400

REF: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS - PROJETO CORREIOS  
SEDEX Nº JT890542976BR

Prezado(a) Senhor(a),

Foram protocolados nos Correios documentos relativos ao acidente ocorrido com o(a) Sro(a). JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO, porém para que possamos efetuar o cadastramento do sinistro é necessário apresentar :

- Registro de ocorrência expedido pela autoridade policial (cópia autenticada e legível)

Estamos devolvendo todos os documentos e após a regularização da pendência, toda a documentação deverá nos ser encaminhada para o devido cadastramento e análise.

Finalizamos informando que a Seguradora Líder DPVAT encontra-se à disposição pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Atenciosamente,

Seguradora Líder Administradora do Seguro DPVAT

CLA

Anexo: conf. texto





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ/RN - CEP: 59625-410

Processo: 0809689-50.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## DESPACHO

Intime-se o requerente por seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, devendo acostar aos autos a cópia do requerimento administrativo constando o número do sinistro.

Após, façam os autos conclusos.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 10 de junho de 2019

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





**AO JUÍZO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ – RIO  
GRANDE DO NORTE**

**REF. PROC. N. 0809689-50.2019.8.20.5106**

**JOAO TASSIO DA COSTA AMERICO**, qualificado nos autos acima epigrafado, *AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT* movida por si contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, vem, perante Vossa Excelência, em cumprimento ao despacho de ID 44220882 ratificar a juntada do requerimento administrativo anexado ao id 44220158 e dizer que naquele consta o número do sinistro como sendo DPVAT/SIN 02485/2019.

No mais, pugna pelo prosseguimento do feito.

É o que requer, pede deferimento.

Mossoró/RN, 15 de julho de 2019.

**ADASON CABRAL**

**OAB/RN 8.512**





Assinado eletronicamente por: ADASON CABRAL - 15/07/2019 10:41:26

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071510412591800000045236660>

Número do documento: 19071510412591800000045236660





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ/RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0809689-50.2019.8.20.5106

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 05 de Agosto de 2019.

**DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE**

Juíza de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ/RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

PROCESSO Nº 0809689-50.2019.8.20.5106

### DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo comum de 15(quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 05 de Agosto de 2019.

**DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE**

Juíza de Direito